

Programa
Abrace o Marajó

1. INTRODUÇÃO



O Programa Abrace o Marajó (PAM) encontra-se inserido na estratégia de ação do Governo Brasileiro para a Amazônia. Foi criado por meio do Decreto Presidencial nº 10.260, em 03 de março de 2020, que também instituiu seu Comitê Gestor e alterado pelo Decreto 11.113, em 29 de junho de 2022, como “estratégia de desenvolvimento socioeconômico dos Municípios que compõem o Arquipélago do Marajó, localizado no Estado do Pará”.

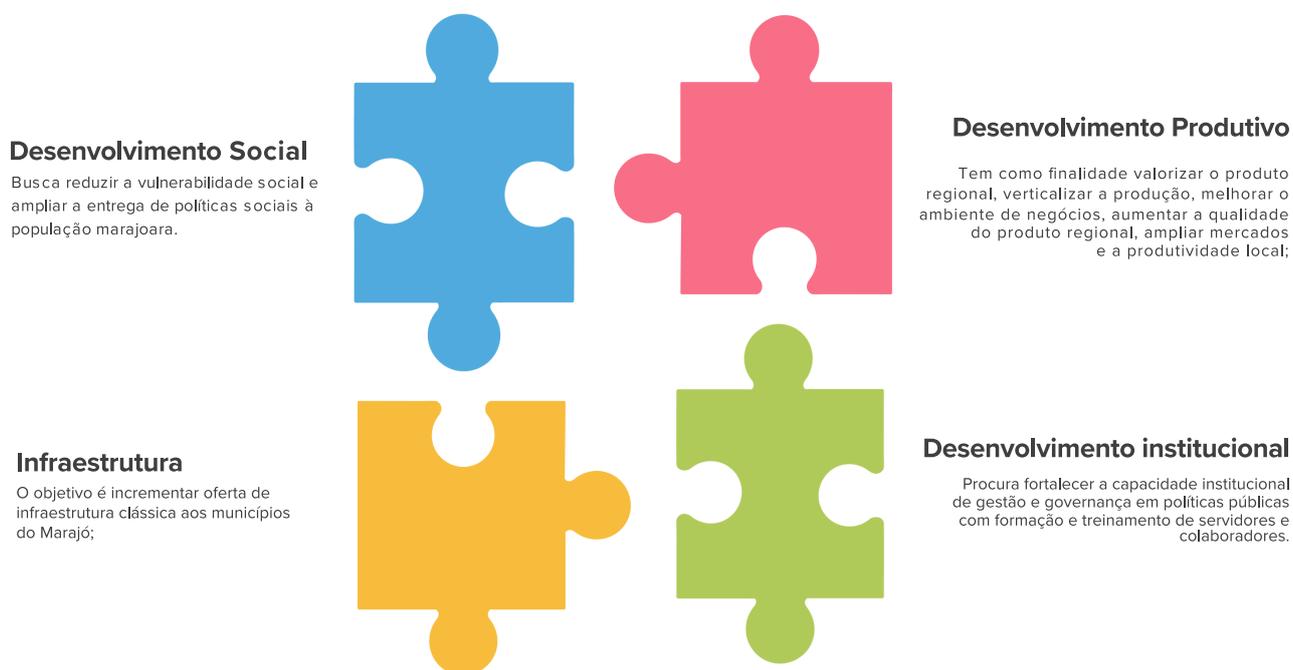
Trata-se iniciativa do Governo Federal coordenada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), e de execução compartilhada com 16 Ministérios e com a Controladoria Geral da União (CGU) no âmbito federal, com o Governo do Estado do Pará e os 17 municípios que compõem o Arquipélago (representados pela Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó - AMAM) no âmbito subnacional.

O PAM tem foco na ampliação do acesso e na melhoria da entrega de políticas públicas na Região, algo historicamente negado à população local. O foco na dignidade da pessoa humana em sua integralidade também direciona a atuação do MMFDH no desenvolvimento das ações no PAM para o enfrentamento às violações de direitos humanos, no contexto do conceito amplamente aceito de desenvolvimento socioeconômico da região.

É o primeiro programa de desenvolvimento regional implantado no Brasil a partir de uma perspectiva de direitos humanos, com o objetivo de proporcionar à população marajoara oportunidades de projeção econômica e acesso aos direitos humanos diminuindo a desigualdade social, por meio do aperfeiçoamento de políticas públicas já existentes e da proposição de novos caminhos que apontem maior efetividade das ações do Governo, bem como possibilite identificação de potenciais parceiros (públicos ou privados) que estabeleçam diálogo, promoção e atração de investimentos para a região.

A operacionalização interna do Programa se dá mediante parcerias com as Secretarias Nacionais do MMFDH, bem como no planejamento e na coordenação de esforços multissetoriais junto a outras pastas e órgãos. O Programa-Piloto opera tendo como escopo a transversalidade, através de políticas integradas que, em sendo executadas a contento e de maneira planejada, objetivam um combate aos eventos causadores das violações de direitos da população local. Dessa forma, buscou-se uma estruturação pautada em quatro principais eixos de ação. A figura 1 evidencia o escopo do projeto:

Figura 1 – Eixos de desenvolvimento do Programa Abrace o Marajó - PAM



2. DADOS ESTATÍSTICOS E PÚBLICO-ALVO

O PAM foi proposto pelo Governo Federal como resposta à vulnerabilidade social, econômica e ambiental, que caracteriza uma porção expressiva da Amazônia Brasileira, localizada na parte mais oriental da Região Norte do País, denominada de Arquipélago do Marajó ou simplesmente Marajó.

O Arquipélago do Marajó possui cerca de 590 mil habitantes. É o maior arquipélago fluviomarítimo do planeta. Formado por cerca de 2.500 ilhas e ilhotas, possui grande potencial de desenvolvimento e crescimento, mas atualmente conta com oito municípios na lista dos 50 com pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil.

Diante desse contexto, para poder realizar um diagnóstico mais exato de sua atuação potencial, o programa realizou previamente um levantamento da população dos municípios que compõem o arquipélago, utilizando-se das informações armazenadas no IBGE relativas ao Censo Demográfico de 2010, bem como da estimativa demográfica estimada em 2019, ano de início do planejamento. A tabela 1 explicita os dados relacionados à densidade e ao quantitativo populacional, por município:

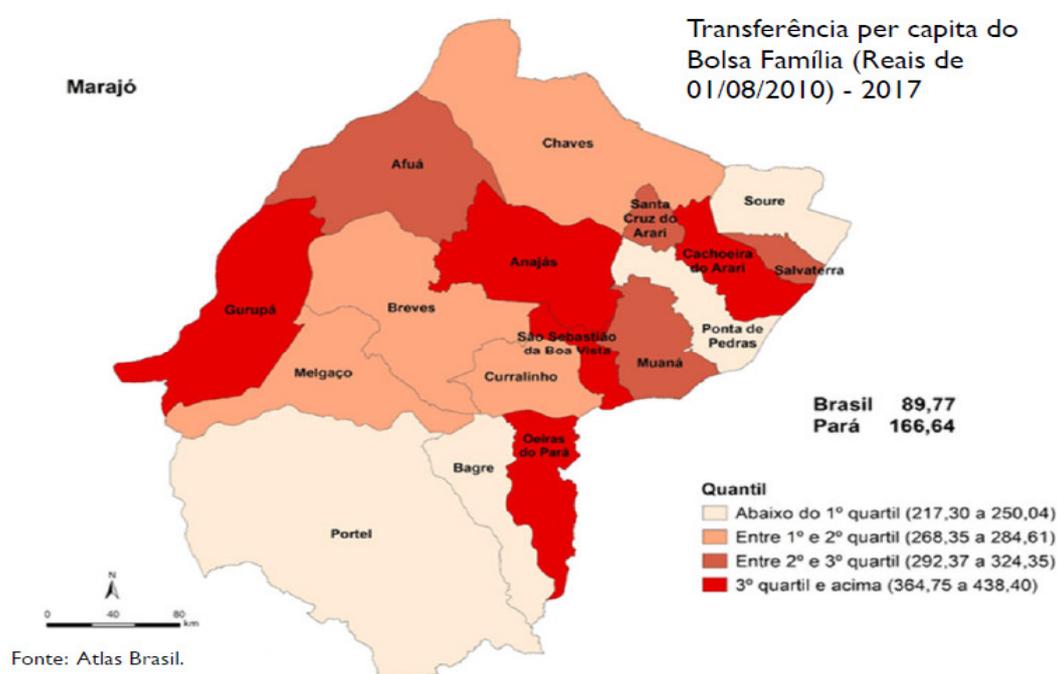
Tabela 1 – População estimada e densidade populacional dos municípios do arquipélago do Marajó

MUNICÍPIOS	POP. ESTIMADA EM 2019	HAB/KM² 2019	POPULAÇÃO URBANA 2010 (%)
Breves	102.701	10,7	50,1
Portel	62.043	2,4	47,6
Muaná	40.349	10,7	42,4
Afuá	39.218	4,7	27
Curralinho	34.448	9,5	38,3
Gurupá	33.376	3,9	32,9
Gurupá	33.376	3,9	32,9
Ponta das Pedras	31.082	9,2	47,8
Bagre	30.673	7	44,7
Anajás	29.277	4,2	38,3
Melgaço	27.654	4,1	22,2
S. Sebastião da Boa Vista	26.640	16,3	43,2
Soure	25.374	8,9	91,4
Cachoeira do Arari	23.767	7,7	36
Salvaterra	23.752	25,9	62,8
Chaves	23.717	1,9	11,9
Santa Cruz do Arari	10.128	9,4	49
Oeiras do Pará	32.512	7,4	34,3
Marajó	596.711	5,5	43,4
Pará	8.602.865	6,9	68,5
Brasil	210.147.125	27,7	84,4

Fonte: IBGE (2019). Elaboração própria. Abrace o Marajó | Plano de Ação 2020-2023 - pág. 20

Sob o aspecto econômico, segundo dados da Fundação Amazônia de Amparo a estudos e Pesquisas (FAPESPA), em 2020 a região do Marajó possuía um Produto Interno Bruto de R\$ 4,9 bilhões, correspondente a 3% do PIB do Pará. Desse total, 46% são relacionados à Administração Pública, 30% à agropecuária e 17% a serviços. A região possuía, à época, 28.254 empregos formais, o que representava 2,6% do total de empregos formais do estado do Pará. Sob esse aspecto, a atuação do PAM se deu tendo como objetivo impactar positivamente a qualidade de vida da população local. A Coordenação do Programa, mediante a avaliação dos dados apresentados, obteve um diagnóstico econômico que evidenciava uma alta dependência da população local dos recursos advindos de programas sociais. A figura 2 explicita essa realidade, através da comparação dos recursos transferidos per capita tendo como bases a média nacional e a média do estado do Pará:

Figura 2 – Transferência per capita do Bolsa Família – Arquipélago do Marajó



Fonte: Atlas Brasil – Relação Bolsa Família Brasil x Pará - 2017

Após atuação do PAM, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desenvolvimento (CAGED) para 2022 já demonstram uma evolução expressiva, tendo em vista os saldos positivos obtidos no mercado de trabalho da população economicamente ativa a partir de 2021 nos 17 municípios pesquisados. A melhoria das condições de vida da população marajoara encontra-se diretamente ligada à queda nas denúncias de violação de direitos humanos.

No que tange especificamente a essas violações e à vulnerabilidade populacional do arquipélago, também foi realizado um levantamento da quantidade de denúncias segundo dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH). Ao longo do exercício de 2021, esse mapeamento possibilitou o aperfeiçoamento das políticas iniciais propostas dentro do escopo do Programa.

A tabela 2 evidencia o quantitativo de denúncias e violações, por município:

Tabela 2 – Quantitativo de denúncias e violações de direitos humanos no arquipélago do Marajó - 2021

MUNICÍPIO	DENÚNCIAS	VIOLAÇÕES
Afuá	6	22
Anajás	3	6
Bagre	13	60
Breves	37	115
Cachoeira do Arari	13	45
Chaves	5	17
Curralinho	16	53
Gurupá	7	21
Melgaço	4	16
Muaná	14	46
Ponta de Pedras	20	84
Portel	15	50
Salvaterra	12	46
Santa Cruz do Arari	5	12
São Sebastião da Boa Vista	20	88
Soure	5	19
Total	195	700

Fonte: ONDH/MMFDH. Relatório do exercício 2021 (Ano II); pág. 23 – Abrace o Marajó

O objetivo principal do PAM traduz-se pela melhoria do IDH na região, bem como na busca por assegurar os direitos humanos da população local, através do combate às causas dessas violações.

3. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

O orçamento do PAM aprovado para o ano de 2020 foi de R\$ 469.021.496,09 milhões. Em 2022, houve um acréscimo de recursos da ordem de R\$ 360.816.843,31 perfazendo um total de R\$ 829.838.339,40.

4. GOVERNANÇA

4.1 - INDICADORES ESTRATÉGICOS

A estrutura de governança do MMFDH, elaborada de maneira integrada ao Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, instituído pela Portaria nº 2.467, de 6 de setembro de 2019, tem como objetivo fundamental o apoio às áreas no processo de tomada de decisão para alcance dos objetivos estratégicos, dando ênfase à perspectiva da família na formulação de políticas públicas, e na melhoria da qualidade dos serviços de promoção e defesa dos direitos humanos.

De acordo com a agenda de governança do MMFDH, os indicadores estratégicos são instrumentos de gestão fundamentais para o monitoramento e avaliação do desempenho das unidades finalísticas, pois permitem acompanhar o alcance das metas, identificar avanços, melhorias de qualidade, correção de problemas e necessidades de mudanças.

Em 10 de agosto de 2022, o Comitê Interno de Governança, Riscos e Controles do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (CIGRC/MMFDH), instituído pela Portaria nº 23, de 15 de fevereiro de 2019, reuniu-se para a realização da 15ª Reunião de Avaliação Estratégica para deliberar acerca da revisão do Painel de Indicadores Estratégicos MMFDH que resultou na padronização dos referenciais de cálculo e exclusão de indicadores pautados em número absolutos, de forma a construir uma série histórica que demonstre a evolução do desempenho estratégico institucional.

Os resultados das iniciativas do Programa Abrece o Marajó podem ser acompanhados por intermédio do monitoramento dos indicadores e seus respectivos objetivos estratégicos associados, conforme tabela abaixo composta pelos indicadores monitorados ao longo do período 2021-2022:

Tabela 3 – Indicadores estratégicos PAM – Metas e resultados – 2021 a 2022

ANO	INDICADOR ESTRATÉGICO	OBJETIVO ESTRATÉGICO ASSOCIADO	META	RESULTADO
2021	SE MARAJÓ – 01 PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ	R1 - PROMOVER E ARTICULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS PARA TODOS, COM ESPECIAL ATENÇÃO AOS PÚBLICOS ATÉ ENTÃO INVISIBILIZADOS	20%	38%
2022*	ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ	R1 - PROMOVER E ARTICULAR POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS PARA TODOS, COM ESPECIAL ATENÇÃO AOS PÚBLICOS ATÉ ENTÃO INVISIBILIZADOS P3 - FORTALECER PARCERIAS E DIÁLOGO COM A SOCIEDADE CIVIL E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS COM FOCO NO PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE	ALCANÇAR 80% DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ EM 2022.	74%

Fonte: DPGE/SE MMFDH

(*) Resultados de 2022 apurados até dia 01/11/2022.

4.2 - PLANO PLURIANUAL (PPA)

A iniciativas desenvolvidas no âmbito do MMFDH estão associadas ao Programa 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, integrante do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, que incorpora as diretrizes ministeriais, assim como as perspectivas da família, da mulher, da proteção à vida e da juventude, além da proteção global dos indivíduos e da promoção e defesa de direitos para todos.

O objetivo do **Programa 5034**, em alinhamento com o Planejamento Estratégico, é:

“Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos”.

Dessa forma, em conformidade com os objetivos e metas estabelecidos pelo **PPA 2020-2023**, o Programa Abrace o Marajó apresenta os seguintes Resultados Intermediários relacionados ao Programa 5034:

Tabela 4 – Resultados Intermediários – PPA 2020-2023

PPA 2020- 2023	
Resultados intermediários	0075 - Acesso a políticas públicas de Direitos Humanos no Arquipélago de Marajó
Indicador	Quantidade de Conselhos equipados
Meta 2020 Geral	1
Resultado geral 2020	1
Meta 2021 Geral	20
Resultado geral 2021	39
Meta 2022 Geral	60
Resultado geral 2022 *	72
Meta 2023 Geral	100

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP
 (*) Resultado é referente ao primeiro semestre de 2022.

5. DETALHAMENTO DAS ENTREGAS

O Plano de Ação do Programa se estabeleceu a partir de Dimensões Estratégicas extraídas das múltiplas referências de plataformas de planejamento disponíveis. Nesse sentido, tais dimensões foram traduzidas em Eixos de Ação que, a partir de um processo coletivo de consulta e levando em consideração o estoque de demandas históricas do território, resultaram em um conjunto de Linhas de Ação.

Os projetos/atividades e iniciativas que compõe o Plano de Ação 2020-2023 estão vinculados às 23 Linhas de Ação construídas de forma coletiva e participativa. A partir do ano de 2020

foram firmados compromissos com diversas instituições públicas e privadas, sempre com vistas ao atendimento das necessidades da população local.

Dentro de cada Eixo de Ação do Programa, foram abordados os seguintes aspectos:

✿ **Desenvolvimento Social** – Iniciativas que objetivam a redução da vulnerabilidade social e ampliação de políticas sociais à população marajoara, implementadas a partir das seguintes Linhas de Ação:

1. Infraestrutura complementar para a entrega de serviços na saúde;
2. Atenção integral à saúde e bem-estar da família, da mulher, da criança e do adolescente, do idoso e pessoa com deficiência;
3. Medicamentos e insumos hospitalares;
4. Atenção sistêmica às doenças tropicais prevalentes;
5. Infraestrutura complementar para a educação, ensino e pesquisa; e
6. Estruturas e serviços para a redução dos índices de violência contra crianças, adolescentes, idosos e pessoa com deficiência.

✿ **Desenvolvimento Institucional** – diante do objetivo de garantir o protagonismo das instituições locais como vetores de desenvolvimento regional por meio do fortalecimento da capacidade de gestão e governança e da formação e treinamento de servidores e colaboradores, foram implementadas as seguintes Linhas de Ação:

1. Capacitação de colaboradores/servidores e instituições governamentais locais para a gestão e governança de políticas públicas;
2. Fortalecimento das estruturas e aumento da capacidade fiscal e tributária dos municípios marajoaras;
3. Formação de agentes públicos e do terceiro setor para atuação na agenda de direitos humanos e na melhoria da gestão e governança setorial;
4. Fortalecimento dos canais de ouvidoria e denúncias; e
5. Práticas de transparência pública nos municípios marajoaras.

✿ **Desenvolvimento Produtivo** – buscando o intento de valorizar o produto regional, por meio da verticalização da produção, melhoria do ambiente de negócios, aumento da qualidade do produto regional, ampliação de mercados e da produtividade, foram empreendidas as seguintes Linhas de Ação:

1. Zoneamento Ecológico e Econômico;
2. Regularização fundiária e ordenamento do território;
3. Verticalização da produção marajoara;

4. Agricultura familiar produtiva;
5. Cadeia do turismo no Arquipélago (Rota regional do turismo);
6. Rede de matadouros adequada e atualizada;
7. Polo de Economia Criativa do Marajó.

✿ **Desenvolvimento de Infraestrutura** – com desígnio de incrementar a oferta de infraestrutura clássica aos municípios do Marajó, foram executadas as seguintes Linhas de Ação:

1. Conectividade e transmissão de dados;
2. Energia firme (aumento da oferta de energia elétrica e diversificação da matriz energética);
3. Adequação dos aeródromos do arquipélago;
4. Água e saneamento básico;
5. Mobilidade intrarregional (melhoria de estradas de ligação interna, vicinais, trapiches, etc.)

Ao longo do ano de 2022, o Programa acelerou as entregas de políticas públicas para ampliar a garantia dos direitos humanos no Marajó. Dos 133 projetos/atividades e iniciativas propostos no Plano de Ação (PdA) do Programa, 74% deles estão em pleno andamento ou com resultados entregues à população marajoara ao final de 2022, com cerca de R\$ 500 milhões executados pelas diversas unidades internas do MMFDH (8 Secretarias e a ONDH) bem como pelos 16 Ministérios parceiros com compromissos inscritos no PdA.

Ademais, multiplicaram-se projetos e iniciativas para além do Plano, como por exemplo os Editais com recursos do MMFDH da ordem de R\$ 2,5 milhões destinados a projetos para infraestrutura social, bioeconomia e economia circular, voltados exclusivamente à participação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) e de outros parceiros como o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), que adicionalmente disponibilizou cerca de R\$ 48 milhões de reais para implantação de tecnologias sociais de saneamento nas escolas com déficit de abastecimento de água potável e/ou esgotamento sanitário nas escolas do Marajó.

Importante destacar que, originalmente o Capítulo 4 do Plano de Ação 2020-2023 do Programa Abrece o Marajó apresentava um conjunto de 110 Projetos/Atividades e Iniciativas (PAI) que estabeleciam, em última análise, os compromissos assumidos pelas instituições parceiras comprometidas com a execução do Programa. A programação original foi constituída após esforço realizado por esse grupo, em período de extrema vulnerabilidade mundial.

Era o começo da pandemia de COVID-19 e foi exatamente neste contexto, entre março e julho de 2020, que a programação do Plano de Ação foi construída – sob insegurança de toda

sorte, incertezas e falta de perspectivas de curto prazo.

Prevendo-se que tal contexto mundial seria óbice para o planejamento (e posteriormente para a execução) das iniciativas que seriam propostas para o Marajó, o texto do Plano de Ação 2020-2023, aprovado em 31 de agosto de 2020, em sua página 42, estabelecia o seguinte enunciado: “se prevê um período de 90 dias no decorrer de 2021 para que reajustes, reprogramações ou mesmo novas iniciativas sejam agregadas ao Plano. A janela de revisão foi prevista para o período de 01/07 a 30/09/2021. Serão 90 dias para que se possa, dentro de um novo momento e de uma nova realidade, com um novo normal ou não, se refinar os compromissos assumidos até o final da vigência do Plano, que poderão ser revisados em quaisquer de seus aspectos”.

Foi com essa determinação que a partir de 01 de julho de 2021 a Secretaria-Executiva do MMFDH, que coordena o Comitê Gestor, realizou um conjunto de eventos, determinou providências e propôs um rito para a discussão da reprogramação do Plano de Ação do Programa.

O ponto de partida da revisão da programação foi estabelecer a análise da reavaliação da sustentabilidade e viabilidade de execução dos 110 PAIs consignados no documento que guia as entregas do PAM, no triênio em questão. A janela de reprogramação do Plano produziu um conjunto de 133 PAIs que estão sendo executados pelo grupo de parceiros do PAM.

O novo Capítulo 4, portanto, reiterou os aportes concretos previstos ao Arquipélago, e ampliou os compromissos assumidos com a população do Marajó, processo esse que, para ser sustentável e vetor das mudanças estruturais desejadas, deve se prolongar para além do período de vigência do Plano de Ação trienal em execução. Como dito, os desafios que estão diante do Marajó e a mudança de paradigma que se deseja devem consumir esforços de toda sorte que vão muito além do que um período de três anos estabelecido pelo Plano de Ação 2020-2023.

O total geral de recursos previsto no Plano de Ação 20/23, atualizado até novembro de 2022, é de R\$ 829.838.339,40. Esse valor está dividido entre os 133 PAIs (Projetos, Atividades e/ou Iniciativas) ativos na reprogramação do Plano de Ação, com um montante previsto de R\$ 817.838.339,40; e a Operação Pão da Vida, em parceria com o Ministério da Cidadania, com doações que somam outros R\$ 12 milhões. Dos 133 PAIs, 98 (74%) já estão concluídos e/ou em processo de execução (posição de novembro/2022) com um orçamento executado de R\$ 484.498.914,15.

Cabe informar que durante os anos de 2020 e 2021 foram distribuídos R\$ 1.010.500.000,00 (um bilhão, dez milhões e quinhentos mil reais) a título de Auxílio Emergencial. Some-se a isso o Edital de Chamamento sobre o Saneamento nas Escolas/BNDES, na monta de R\$ 48 milhões, em execução.

5.1 - OPERAÇÃO PÃO DA VIDA

A Secretaria-Executiva do MMFDH, através do PAM, participou da ação *Operação Pão da Vida (OPV)*, que visou garantir a segurança alimentar de famílias através da distribuição de

cestas de alimentos e de itens de higiene pessoal no período mais crítico da pandemia. As demandas para tal chegaram ao MMFDH por meio de expedientes dos então, 16 municípios que compunham o Arquipélago. A OPV entregou mais de 140.000 cestas básicas e 1.200.000 itens de higiene pessoal à população beneficiária de programas sociais (CadÚnico) no Marajó, ao custo de cerca de R\$ 12.000.000,00. O esforço de atendimento à população local contou com o apoio de diversos órgãos público e privados. A operação foi concluída em 2021, após três fases de execução.

5.2 - ATUAÇÃO INTERNACIONAL

No cenário internacional, o PAM também atuou de forma significativa, mediante parcerias firmadas durante a Expo Dubai 2020, para onde foram levadas a diversidade cultural, os potenciais existentes e as oportunidades de investimento na Ilha do Marajó. Na oportunidade, os visitantes tiveram acesso a uma carteira de projetos, com oportunidades de investimento em ciência, tecnologia e inovação e produtos regionais que ofereceram oportunidade de ampliação das parcerias existentes.

Adicionalmente, está programado evento durante o exercício de 2022, em parceria com o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) para divulgação da arte marajoara no Conselho das Américas, situado na cidade de Nova York – EUA. Isso propiciará uma janela de oportunidades aos artistas marajoaras, com a consequente abertura de mercado internacional (evento com previsão de início no final de janeiro de 2023).

5.3 – DETALHAMENTO DAS ENTREGAS POR EIXO DE DESENVOLVIMENTO

Vários Órgãos trabalham conjuntamente com a equipe do Programa Abrece o Marajó. A demonstração da transversalidade dos trabalhos implementados no arquipélago é feita dentro dos Eixos de Desenvolvimento.

A transversalidade é reforçada internamente, através de articulação conjunta com as diversas áreas finalísticas do MMFDH; ou entre deste Ministério e outras entidades parceiras. Abaixo, são detalhadas algumas ações ao longo da existência do Programa, segmentadas por eixo:

5.3.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Em atuação conjunta com a Secretaria Nacional de Direitos da Criança e Adolescente (SNDCA), do MMFDH, foram realizados o diagnóstico e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos de Criança e Adolescentes no Marajó, cujo objetivo é reduzir a violência contra crianças e

adolescentes; além de ampliar políticas sociais a esse segmento populacional marajoara. Para tal, foram investidos, ao todo, R\$ 1.091.680,00.

Adicionalmente foram realizadas iniciativas no sentido de regularizar os Fundos Municipais da Criança e Adolescente no Marajó. A entrega prevê a aptidão de 70% dos Fundos Municipais para recebimento de recursos de doações do Imposto de Renda objetivando o financiamento de ações e projetos voltados à proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente, bem como financiamento de divulgação dos canais de denúncia às violações. Até o momento já foram executados R\$ 15.625,00 até o mês de novembro de 2022.

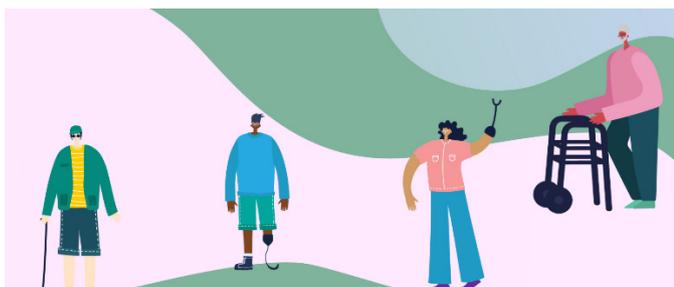


Já em parceria com a Secretaria Nacional da Família (SNF), do MMFDH, foi apresentado o Projeto Acolha a Vida, que em seu escopo capacita agentes municipais por educação a distância (EAD) e formação presencial a

realizar ações de conscientização e disseminação de informações às famílias, objetivando criar espaços de promoção da saúde mental. Da mesma forma, o Programa “Reconecte”, que visa fortalecer os vínculos familiares por meio do uso inteligente das novas tecnologias, fornecendo acesso mais amplo ao conhecimento científico às famílias e à população em geral, a respeito do uso de recursos tecnológicos de maneira adequada, abordando aspectos sociais, educacionais, e de saúde física e psíquica, visando assim a aquisição de uma maior consciência sobre as consequências do uso tecnológico. E ainda sob o escopo da Família, a SNF executou também, o Projeto Famílias Fortes que tem como objetivo geral o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento de seus vínculos e do desenvolvimento de habilidades parentais e sociais. Os projetos visam a capacitação de, pelo menos, 80 agentes para atendimento direto às famílias do Marajó. Para tal, houve a descentralização de R\$ 718.819,91, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), sendo que ainda se encontra em andamento.

A parceria com a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (SNPIR), do MMFDH, resultou no Projeto Igualdade Racial nas Escolas. Seu objetivo é realizar a capacitação de professores da rede pública municipal para implementação de ações que visam a conscientização da igualdade étnico-racial nas escolas, buscando como resultado a formação e informação sobre questões referentes à igualdade racial por meio de distribuição de mídias diversas às escolas municipais.

O valor foi estimado inicialmente em R\$100.000,00 para o desenvolvimento no Arquipélago



do Marajó, mas o projeto foi remodelado para atender todo território nacional com o valor final de R\$480.000,00. O projeto ainda está em desenvolvimento pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e em fase de análise e aprovação da SNPIR, sendo a previsão de lançamento para dezembro de 2022, através

da disponibilização por intermédio da plataforma AVAMEC.

Já em uma ação conjunta com a Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), foram encabeçados dois projetos. O primeiro, já concluído, consistiu na realização de estudo sobre a acessibilidade nos municípios do Marajó. Seu objetivo principal foi realizar o diagnóstico da acessibilidade em 16 municípios, ao custo de R\$ 449.654,00.



O segundo, ainda em execução, objetiva a implantação de Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência, onde a SNDPD encaminhou aos municípios Afuá, Anajás e Ponta de Pedras, a Minuta de Projeto de Lei que “Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal da

Pessoa com Deficiência”, com o intuito de auxiliar na implementação de tais conselhos, além de participar ativamente na entrega de políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência.

Por meio da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), o MMFDH buscou efetivar a Formação Continuada e Atualização Profissional em Manejo Florestal Comunitário e Familiar com carga horária de 40h, para mulheres extrativistas do arquipélago do Marajó. A formação foi realizada por meio do TED no valor de R\$ 183.020,98 firmado entre a SNPM e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), no município de Breves-PA, com emissão de 40 certificados.

Adicionalmente, também foi levado adiante o projeto de construção da Casa da Mulher Brasileira em Breves, que busca propiciar o atendimento especializado à mulher em situação de violência. Os recursos, da ordem de R\$ 823.000,00, foram disponibilizados diretamente pelo MMFDH ao Estado do Pará e o projeto aguarda a finalização do processo licitatório e liberação para início obra.

Com o intuito de prevenir e combater os acidentes de escarpelamento, principalmente nos rios do Pará, a SNPM/MMFDH criou, em 2021, o projeto Mulheres Escarpeladas, uma iniciativa que reúne estudos e projetos, a fim de garantir os direitos da mulher ribeirinha. O Governo Federal publicou Decreto, que instituiu grupo de trabalho para formular o Programa de Enfrentamento ao Acidente de Escarpelamento.

A iniciativa é coordenada pela SNPM/MMFDH e conta com a participação dos ministérios da Defesa, da Infraestrutura, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, da Cidadania, da Saúde e do Trabalho e Previdência. Uma das ações previstas no projeto foi a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) para o desenvolvimento de estudos de construção de um protótipo para a proteção do eixo do motor das embarcações.

Também foram assinados ACT com o Ministério Público do Trabalho, Protocolo de Intenções com a Cruz Vermelha do Brasil, além das visitas técnicas realizadas *in loco* no Arquipélago do Marajó/PA.

Os jovens também foram alvo de ações do Programa Abrece o Marajó. Em atuação conjunta com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) foram realizadas capacitações no âmbito do Programa Horizontes, lançado em abril de 2021, com investimento total de aproximadamente R\$ 1 milhão de reais. As ações já alcançaram quase 500 jovens — entre 18 e 29 anos — em 11 municípios do arquipélago: Afuá, Bagre, Cachoeira do Arari, Currealinho, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.



Os cursos desenvolvem nos alunos habilidades específicas como empreendedorismo solidário, força do trabalho em equipe, valorização da cultura, além de habilidades básicas para colocar o aprendizado em prática em situações rotineiras. Superar a pobreza por meio do empreendedorismo e da inovação é a estratégia da ação.



**Secretaria Nacional
de Proteção Global**
Direitos Humanos para Todos



Já a Secretaria Nacional de Proteção Global (SNPG), do MMFDH, liderou o Projeto de Capacitação Continuada em Direitos Humanos, que visa aumento de inscrições de gestores, servidores e lideranças comunitárias dos municípios do arquipélago do Marajó nos cursos do Programa Nacional de educação Continuada

em Direitos Humanos (PNECDH). O projeto ainda se encontra em execução, sendo confirmadas 282 matrículas em Breves e outras 23 na cidade de Portel.

Ainda no escopo da proteção global, a SNPG, conduziu a Implantação de Unidades Interligadas nos municípios de Breves e Portel visando diminuir as taxas de sub-registro civil de nascimento, através de ações de mobilização, da articulação de atores estratégicos, além da doação de “kits” de equipamentos com acesso ao sistema de Registro Civil, possibilitando o registro da criança, gratuitamente, dentro da unidade hospitalar. Foi realizada também a implementação de postos de atendimento do cartório de Registro Civil dentro de maternidades no Marajó.

As ações de desenvolvimento do PAM também incluem o lançamento do Edital de Chamamento Público do Programa Abrece o Marajó, visando a seleção de organização da sociedade civil interessada em celebrar termo de fomento que tenha por objeto a execução de projeto voltado para bioeconomia, economia circular e infraestrutura social nos municípios do arquipélago do Marajó. Os recursos disponíveis, no valor total de até R\$2,5 milhões para as 2 linhas temáticas,



serão operacionalizados por meio de Termos de Fomento. O resultado foi divulgado, em outubro de 2022 e selecionou cinco vencedores para a liberação de aproximadamente R\$500 mil reais para cada projeto, com prazo de execução de 1 ano, com a liberação dos recursos ainda no decorrer do presente exercício.

No que diz respeito às parceiras externas entre o Programa Abrece o Marajó e outros órgãos e entidades, no âmbito do Eixo de Desenvolvimento Social, destaca-se aquela firmada com

a Secretaria de Mobilidades Especializadas de Educação, do Ministério das Comunicações (MCOM), responsável pelo Projeto de Inclusão Digital dos Municípios Marajoaras, propiciando a inclusão digital das escolas municipais do Marajó. Para tal, foram entregues 304 computadores *desktop* completos para as escolas municipais, sem custos para União.

Outra colaboração que merece destaque dentro do presente eixo é aquela firmada em conjunto com o Ministério da Cidadania (MCID), que por meio do Integra Brasil, sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor, ofereceu clínicas de futebol feminino e masculino levando esperança e oportunidades a crianças e adolescentes. O Integra Brasil consiste no fomento do futebol em regiões de grande vulnerabilidade social constituída de comunidades tradicionais. É o esporte como instrumento de inclusão social e de combate à discriminação. O treinamento técnico e recreativo foi seguido por um torneio, que distribuiu medalhas e certificados aos participantes. O evento foi realizado em Salvaterra/PA em junho de 2022, com investimentos da ordem de R\$ 200.000,00.



Já a parceria firmada com a Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, também do MCID, impulsiona o Programa Criança Feliz (PCF), com o objetivo de promover o desenvolvimento integral e integrado para as crianças na primeira infância, gestantes e suas famílias no âmbito do arquipélago do Marajó. Estando ainda em execução, foi ofertado o Ciclo de Capacitação aos profissionais do PCF e Centro de Referência de

Assistência Social (CRAS) ao longo do primeiro semestre de 2022 nos módulos: Cuidados para o Desenvolvimento da Criança; Guia para Visita Domiciliar; e Capacitação técnica em gestão e monitoramento do PCF. O orçamento previsto e executado foi R\$ 9.225.450,85.

A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas, do MCID, ofereceu os Grupos de Mútua Ajuda, que promove o cuidado dos usuários de drogas e de seus familiares por meio da formação e implantação da metodologia de grupos de mútua ajuda na comunidade marajoara. Para isso, houve a formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Cidadania e os municípios de Afuá, Chaves e Anajás para execução de ações de prevenção, cuidado, acolhimento e reinserção social de pessoas com dependência química além do apoio aos seus familiares. As primeiras visitas foram realizadas em maio de 2022 no município de Afuá/PA. Atualmente está em fase de apresentação e de definição das ações a serem implementadas, contando com um orçamento em execução de R\$ 30.000,00.

A parceria firmada com o Ministério da Saúde (MS), através da Secretaria de Atenção Primária de Saúde, objetivou a realização de ações de saúde para as populações ribeirinhas das áreas remotas do arquipélago do Marajó. A assistência hospitalar será reforçada às populações ribeirinhas (oferta de assistência médica, odontológica e hospitalar) com a construção em andamento do Navio de Assistência Hospitalar (NASH) Anna Nery.

A ação está em andamento, com orçamento previsto de R\$ 14.250.000,00, dos quais R\$

4.105.000,00 já foram executados. Em 2021 foi realizada a cerimônia que marca o início da construção da embarcação, com previsão de entrega do navio hospitalar em 2023. A embarcação prestará serviços para a população dos 16 municípios do Arquipélago do Marajó e demais municípios que abrangem o 4º Distrito Naval do Comando da Marinha.

Adicionalmente foi efetivada a execução do programa Rede Cegonha em Breves e em Muaná, que objetiva implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada na gravidez, no parto e no puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. Para o programa já foram executados mais de R\$ 1 milhão.

5.3.2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



A Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), do MMFDH desenvolve o Projeto Ouvidoria Itinerante, com o objetivo de fortalecer os canais da ouvidoria e denúncias de violações de direitos humanos e buscando o atendimento presencial a cerca de 2.000 pessoas por

ano, com o orçamento de R\$ 144.000,00. No âmbito do PAM já foram realizadas, ao longo do triênio 2020-2022, 12 viagens ao arquipélago contando com servidor da Ouvidoria em parceria com a Caixa econômica Federal.

O Ministério da Cidadania, através da Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância, propôs a entrega Diálogos Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Marajó. O objetivo é aprimorar a oferta dos serviços e programas de Assistência Social no Arquipélago do Marajó, que resultou na realização de ações de apoio técnico a gestores e equipes de referência das unidades e serviços do SUAS. Com um orçamento executado de R\$13.245,00 e com o *status* já concluído nas localidades de Afuá, Chaves, Salvaterra, Anajás, Curralinho, Santa Cruz do Arari, Bagre, Gurupá e São Sebastião da Boa Vista.

Já o BNDES esteve presencialmente no território em dois momentos ao longo do ano de 2021, com a missão de conhecer mais profundamente as necessidades do Arquipélago no âmbito do projeto de melhoria e aperfeiçoamento da gestão pública das prefeituras do Marajó, bem como na promoção do cooperativismo e acesso a financiamento. A primeira prefeitura a receber os benefícios foi a de Soure com um projeto-piloto junto à Fundação Banco do Brasil (FBB).

Ainda no Eixo de Desenvolvimento Institucional, é importante destacar a Semana de Capacitação para Agentes Municipais realizada em Belém/PA entre os dias 8 e 10 de novembro de 2022 em parceria com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam/MDR), o Ministério da Educação (MEC) e MS.

A Semana de Capacitação reuniu técnicos do Governo Federal e teve como objetivo intensificar o aprimoramento do acesso às políticas públicas ofertadas aos municípios brasileiros, em especial àqueles localizados no arquipélago do Marajó/PA, incluídas ou não no Plano de Ação

2020/2023 do PAM. Mais de 130 agentes públicos marajoaras participaram da qualificação, sendo na temática de educação 83 inscrições de representantes dos 17 municípios do Marajó, da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM) e do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM).

Para o tema saúde, somam-se 26 inscrições de representantes de 13 municípios do Marajó, além de integrantes da AMAM. E para a capacitação Plataforma Mais Brasil, foram 28 inscrições de representantes de 13 municípios do Marajó, além de representantes da AMAM.

5.3.3 DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

No que diz respeito ao Eixo Desenvolvimento Produtivo vale destacar o projeto Caravana da Economia Criativa do Marajó, desenvolvido pela SNPIR/MMFDH. A Caravana da Economia Criativa do Marajó é uma iniciativa que tem como objeto a realização de diagnóstico, com vistas a identificar os povos e comunidades tradicionais que atuam com atividades empreendedoras em 8 municípios do Arquipélago do Marajó, a saber: Afuá, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

Após o diagnóstico, 240 iniciativas empreendedoras, sendo 30 por município, receberão consultorias de capacitação que irão abordar a inserção dos empreendedores no mundo digital, trabalhando a marca e a divulgação de seus produtos e/ou serviços, e capacitando esses empreendedores sobre a gestão de produção, comercial e econômica de seus produtos e/ou serviços. O valor total investido no Projeto é de R\$ 683.000,00.

Já sob o aspecto multissetorial, vale também mencionar os três projetos capitaneados pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva, do Ministério da Cidadania. O primeiro refere-se à Modernização de Centrais da Agricultura Familiar, cujo principal objetivo é apoiar as Centrais da Agricultura Familiar, com a aquisição de caminhão com baú isotérmico, no recebimento e na distribuição dos alimentos adquiridos dos agricultores familiares por meio do Programa Alimenta Brasil, que irão compor o cardápio de creches, escolas públicas, restaurantes populares, cozinhas comunitárias e diversas instituições da rede socioassistencial. Para tal, já há um orçamento executado de R\$ 1.625.779,00. Os 11 veículos entregues têm papel preponderante na logística de transporte de alimentos (prefeituras utilizam esses veículos para buscar os alimentos nas propriedades rurais e levá-los às Centrais da Agricultura Familiar).



O segundo projeto é o Programa Alimenta Brasil, que promove o abastecimento alimentar, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional da população vulnerável e inclusão produtiva rural das famílias mais pobres. Com previsão de aquisição de alimentos produzidos por 220 agricultores dos municípios, foram executados R\$ 489.461,26 até o exercício de 2022. Como resultado efetivo, já foram

atendidos 110 agricultores familiares. Os municípios que não possuem adesão ao Programa Alimenta Brasil foram atendidos por meio da proposta do Estado do Pará, executada pela

Secretaria de Assistência Social Trabalho, Emprego e Renda.

O terceiro e último projeto é o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural), que pretende atender famílias situadas na zona rural, em situação de vulnerabilidade social para promover a sua estruturação produtiva e segurança alimentar e nutricional. Com orçamento executado de R\$ 474.000,00, já foram atendidas 205 famílias do Marajó.

Adicionalmente e não menos importante, a Coordenação-Geral de Turismo Responsável do Ministério do Turismo (MTUR) realizou o lançamento nacional do Código de Conduta Brasil em Salvaterra/PA. Buscou, com isso, sensibilizar a população em geral sobre a importância da prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no setor turístico, bem como incentivar a adesão ao Código de Conduta por empreendimentos turísticos de municípios integrantes da **rota turística estratégica** “Belém, Ilha do Marajó, Santarém e Alter do Chão”. Com orçamento executado de R\$ 100.000,00, foram realizadas oficinas de sensibilização e divulgação do tema com a comunidade local de Soure e Salvaterra, no Marajó.

Já no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foram propostas iniciativas de regularização fundiária e de ordenamento territorial no Marajó, através da emissão de Contrato de Concessão de Uso (CCU) e créditos de reforma agrária para as famílias assentadas na Ilha do Marajó. O objetivo é formalizar a entrega da regularização, desbloqueio e emissão de CCU para cerca de 21.000 famílias em 2020/2021 e 4.350 famílias em 2022, sendo entregues, até o momento, 14.219 títulos.

5.3.4 DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA

A atuação do PAM também foi efetiva em relação ao Eixo de Infraestrutura. A parceria firmada com a Secretaria de Energia Elétrica (SEE), do Ministério de Minas e Energia (MME), propiciou a execução de três grandes projetos para a região.

O primeiro é o Programa Luz para todos, que objetiva atender novos consumidores com o serviço público de energia elétrica. Foram alcançadas 4.273 famílias nos municípios de Bagre, Currálinho e Melgaço, com investimento de R\$ 119.205.846,58.



O segundo e o terceiro projetos compõem o programa Mais Luz para a Amazônia - Marajó I e o Programa Mais Luz para a Amazônia - Marajó II. Ambos possuem o propósito de disponibilizar serviço público de energia elétrica nas comunidades isoladas do Marajó. Buscando o atendimento a 9.000 e 2.649 novos consumidores respectivamente (demanda parcial) com oferta de energia a partir de fontes alternativas para a população local. No âmbito

do Programa Marajó I foram alcançadas 7.974 famílias nas localidades de Portel, Currálinho e Melgaço, com investimento de R\$320.460.547,32. Já o desenvolvimento do Programa Marajó II se dará nas localidades de Bagre, Currálinho, Melgaço e Oeiras do Pará, já contando com

a liberação da primeira parcela, no valor de R\$ 79.000,00.

No que diz respeito à parceria firmada com o Ministério das Comunicações foi viabilizado o projeto de Expansão da internet banda larga no Marajó, que busca ofertar internet nos municípios do arquipélago. Inicialmente deveriam ser ofertados 166 pontos de internet de melhor qualidade para os habitantes e instituições. Entretanto, até o momento já foram entregues 340 pontos de internet no Marajó, sendo 174 em 2020 e 166 em 2021 ao custo de R\$ 940.800,00. Em 2022, mais 68 pontos de internet foram disponibilizados para escolas que receberam os computadores do Projeto de Inclusão Digital dos Municípios Marajoaras.

6. ATUAÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO PROGRAMA ABRACE O MARAJÓ

O Decreto que instituiu o Programa criou o Comitê Gestor (CG) do PAM, que conta com a participação de 16 instâncias do Governo Federal, os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Defesa, da Economia, da Infraestrutura, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Educação, Cidadania, da Saúde, de Minas e Energia, da Ciência, Tecnologia e Inovações, das Comunicações, do Meio Ambiente, do Turismo, do Desenvolvimento Regional, a Controladoria-Geral da União e o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que coordena a instância máxima de governança do Programa. Compõem ainda o Comitê Gestor, representantes do Governo do Estado do Pará, da Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó e da sociedade civil, por meio de uma instância complementar ao CG, denominada Grupo Executivo (GEX).



O Grupo Executivo (GEX) tem um perfil de assessoramento ao Comitê e com mandato de reunir propostas, ideias e mesmo sugestões de adequação de rumos ao Programa. Com representação plural e composto por instituições que dispõem de expertise e meios para atender às demandas próprias da atividade, o GEX é responsável por diversas sugestões que foram inseridas na gestão e governança do PAM, aprovadas pelo Comitê Gestor.

As instituições que participam do GEX são: Governos subnacionais: Prefeitura do Município de Breves/Pará; Prefeitura Municipal de Soure, Pará; e Secretaria Extraordinária do Marajó – Estado do Pará; Coletivos da Sociedade: Federação da Agricultura e Pecuária do Pará – FAEPA; Federação das Indústrias do Estado do Pará – FIEPA; e Marajó local; Governo

Federal: Secretaria Especial de Assuntos Federativos - Secretaria de Governo da Presidência da República – SEGOV; Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Regional; Assessoramento Permanente: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó – AMAM; Embrapa Amazônia Oriental; Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

7. PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

O exercício de 2023 tem como maior meta da finalização das entregas previstas no Plano de Ação vigente, com prazo limite de 31 de agosto de 2023. Além disso recomenda-se fortemente, a discussão e aprovação do 2º Plano de Ação trienal do Programa – que compreende o período de 2023 a 2026.

É importante ressaltar que o tamanho do desafio de resgate dos compromissos históricos com o Arquipélago e sua população não se resolve em um curto prazo de tempo. Sugere-se que a ação coordenada no território tenha prazo previsto para, pelo menos, o ano de 2030, razão pela qual cabe discutir a proposição de um Plano de Ação 2023 a 2026 e posteriormente outro com prazo previsto entre 2026 e 2029.

A realidade de exclusão, redução de desigualdades e violações de direitos humanos que ainda caracterizam o Marajó é fruto de uma dinâmica histórica de séculos. São necessários ao menos outros 2 planos de ação, algo em torno de 10 anos de iniciativas coordenadas para que a mudança do paradigma de exclusão possa ser revista.

Reforçam-se, assim, os desafios que estão diante do Marajó e a mudança de paradigma que se deseja. A sustentabilidade institucional da iniciativa é o maior desafio da gestão e governança do Abrace o Marajó.